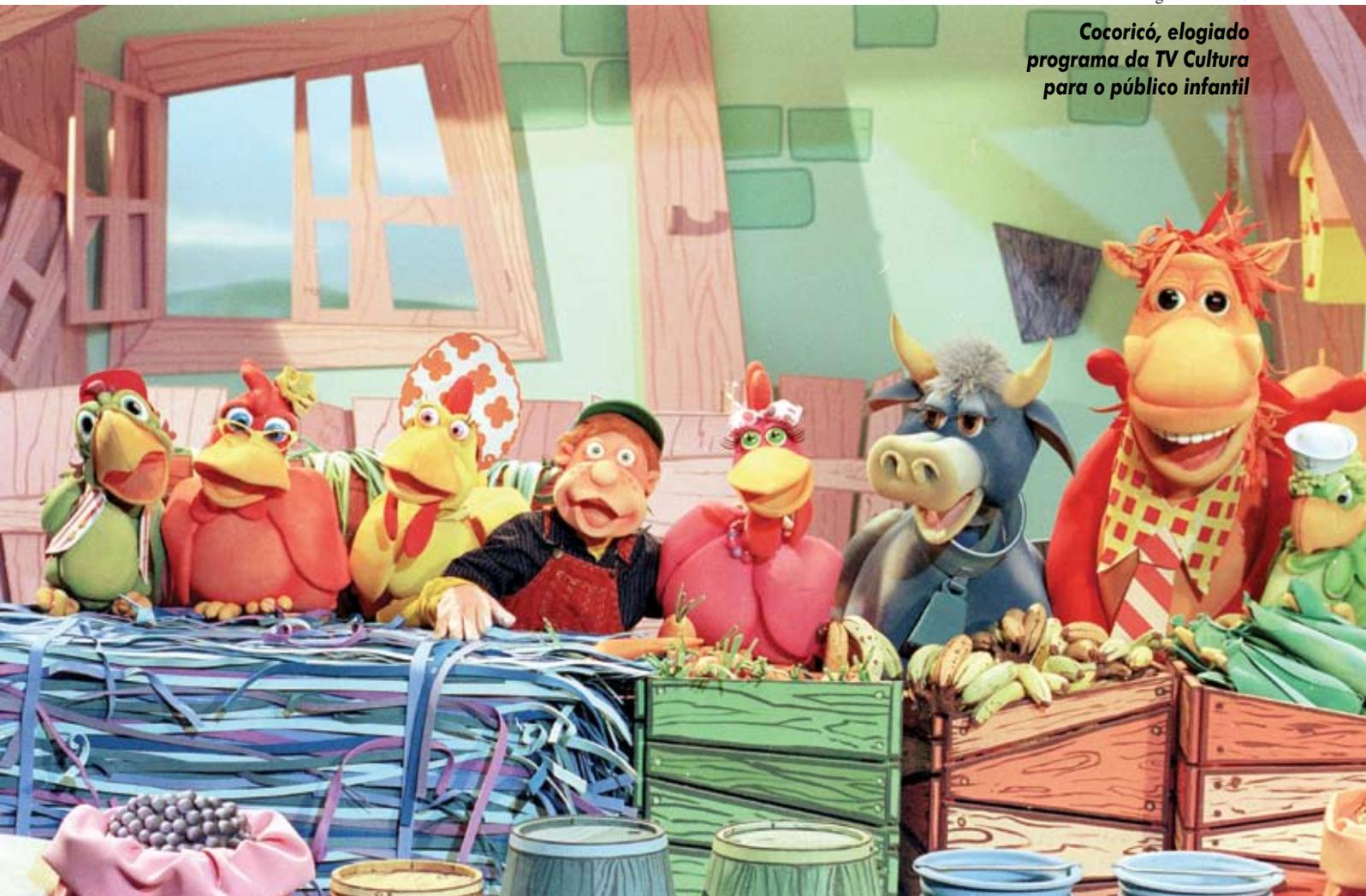


AS RELAÇÕES PERIGOSAS DA TV CULTURA

Livia Deorsola e Nádia Costa Pontes
Jornalistas

Agência Estado

**Cocoricó, elogiado
programa da TV Cultura
para o público infantil**



Recuperada financeiramente, a Fundação Padre Anchieta, mantenedora das rádios e televisão Cultura, vive uma crise que vai além da questão econômico-financeira, colocando em xeque as concepções éticas e políticas que a norteiam. O modelo de financiamento, calcado na suplementação de verbas públicas incertas por receitas garantidas por anúncios publicitários, tornou possível “sair do vermelho”, mas faz indagar: afinal, a TV Cultura é mesmo pública?

Canhões de luz iluminavam o céu daquela noite de quarta-feira, 12 de abril de 2006, em São Paulo. Eles eram irradiados da Fundação Padre Anchieta (FPA), mantenedora da Rádio e da TV Cultura, localizadas na zona Oeste da cidade. Era um anúncio de que a entidade estava em festa: o programa de TV *Metrópolis* celebrava seus 18 anos no ar.

Do lado de dentro, o ambiente era de descontração. Do lado de fora, porém, um ato público chamava a atenção para um tema incômodo para os organizadores do evento: “RTV Cultura não paga reajustes salariais, mas faz festa para centenas de convidados”, diziam os panfletos. Tratava-se de uma manifestação dos sindicatos dos Radialistas e dos Jornalistas de São Paulo, que brigavam na Justiça pelo pagamento do reajuste salarial de 5,6% e pelo abono de 30% retroativos a 1º de dezembro de 2005. Deselegância dos trabalhadores?

“Segundo nossos cálculos, até dezembro de 2003 eram devidos R\$ 2,2 milhões para cerca de 100 jornalistas da casa”, denunciava Eurení Barbosa, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP). Ele repelia a justificativa de que o atraso no pagamento decorria de imposição da Lei da Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites para o percentual de recursos do Estado aplicado na folha de pagamentos: “A explicação é absurda, afinal não se trata de funcionários públicos, e sim de contratados por CLT”.

Alheio à manifestação, Marcos Mendonça, presidente executivo da

FPA desde 2004, anunciava: “Estamos diante da primeira transmissão digital ao vivo do Brasil, com sinal simultâneo para TV aberta e celular”. Ex-secretário de Cultura dos governos Covas e Alekmin, Mendonça falava em “pujança” da FPA, declarando-a recuperada financeiramente. “A Cultura hoje passa por um momento de renovação, com uma situação financeira equilibrada, buscando investir em novos equipamentos, em novas estruturas”, respondeu à *Revista Adusp*, em meio a cumprimentos de autoridades.

Referência de jornalismo cultural, o Metrópolis vira atração semanal, ao passo que programas pouco alinhados com o perfil da emissora ganham espaço, como os de Sílvia Popovic e César Giobbi

Mesmo com os cofres abastecidos com a ajuda de anúncios publicitários, o *Metrópolis*, que se notabilizou por uma séria e qualificada cobertura cultural, deixou, em maio de 2006, de ser veiculado diariamente, para tornar-se apenas semanal. Enquanto isso, programas com propostas pouco afinadas com o perfil da emissora ganham espaço, a exemplo dos apresentados por Sílvia Popovic e pelo colunista social do jornal *O Estado de São Paulo*, César Giobbi.

Tal é a situação em que se encontra a FPA, marcada por sucessivas

crises financeiras — a última e mais grave se deu em 2003, na gestão de Jorge da Cunha Lima, atual presidente do Conselho Curador da instituição — e por uma indefinição de sua identidade, dilacerada diante da seguinte questão: afinal, a TV Cultura é ou não um veículo de comunicação público e independente?

A questão é antiga e faz parte da própria história da difusão da televisão no Brasil, patrocinada pelo projeto político de integração nacional dos governos militares. Como tentativa de escape a essa lógica, em 1969 a TV Cultura entra no ar com a intenção de ser uma alternativa às emissoras comerciais. Para tanto, sua proposta educativa e cultural precisou ser resguardada tanto dos interesses estatais quanto dos comerciais por meio de um estatuto que determina, entre outras coisas, o caráter privado da FPA, sua subordinação a um conselho curador representativo da sociedade e a proibição do incentivo ao consumo — uma emissora pública, enfim, comprometida apenas com os interesses dos cidadãos.

Criada nos moldes da British Broadcasting Corporation — a famosa BBC de Londres, a versão brasileira se diferencia da britânica quanto ao tipo de financiamento. No primeiro caso, os recursos são provenientes de uma taxa cobrada anualmente de todos os ingleses que possuem aparelho televisor, a chamada *Licence Fee*. No caso da TV Cultura, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo vota, anualmente, a quantia a ser repassada, submetida à sanção do Governador.

A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo informa que a

TV Cultura recebeu, no ano passado, R\$ 115.720.025. Em 2006, esse valor chegou a R\$ 146.811.263, um pouco mais da metade dos R\$ 279 milhões repassados à Secretaria. O valor corresponde a 80% do orçamento total da FPA — anúncios publicitários passaram a fornecer os outros 20%, adquirindo, assim, peso decisivo como fator amenizador das crises financeiras. “Virou um varejão”, lamenta Célia Sacramento, ex-produtora da TV Cultura, ao comparar a prática atual, tornada sistemática a partir de 2004, à anterior, de veicular exclusivamente apoios culturais ou institucionais. “A questão deve ser avaliada pelo Conselho Curador, o que pouco acontece hoje”, revela Maurício Monteiro, produtor da Rádio Cultura e representante dos funcionários no Conselho. A via comercial coloca em xeque o caráter público da TV Cultura, na medida em que esta sucumbe à lógica do mercado, regida pela busca de índices de audiência que justifiquem os investimentos das empresas anunciantes.

Após a gestão de Maluf, a interferência política voltou a se repetir nos governos do PSDB, especialmente durante a gestão Alckmin, no governo estadual, e a de Marcos Mendonça à frente da FPA



Eurení Barbosa, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

A crítica se estende ao viés político, decorrente do modelo de financiamento público adotado, que torna pouco saudável a relação entre quem libera as verbas e quem as opera. “A dependência do Estado abre espaço para o desrespeito do caráter autônomo da Fundação por parte dos governantes, que muitas vezes interferiram politicamente na direção”, diz o professor Laurindo Leal Filho, da USP, estudioso da TV Cultura. O momento de maior ingerência política se deu, segundo Leal Filho, sob a gestão biônica de Paulo Maluf (1979-1982), fato que voltou a se repetir nos governos do PSDB (1994-2006), especialmente durante a gestão Alckmin, no governo estadual, e de Marcos Mendonça como presidente da FPA. “Cunha Lima tinha uma concepção mais clara de serviço público”, acredita o professor.

“A relação que o governo tem com a TV Cultura é exemplar. Grande

parte do dinheiro vem de verbas públicas e o governo do Estado não exige nada em troca”, rebate João Batista de Andrade, secretário de Cultura. Mas há quem afirme que a “troca” é sutil, atingindo até mesmo a autonomia do Conselho Curador (**vide quadro à p.33**). “Sua composição política induz a escolha de uma direção quase sempre afinada com o governador do Estado do São Paulo. Este fato é facilmente comprovado: basta olhar quantos dos últimos presidentes foram eleitos sem o apoio do Governador de plantão”, argumenta Diogo Moysés, integrante do Intervozes, uma associação civil voltada à defesa da comunicação como direito público. Não parece ser por acaso que, na última eleição para a diretoria da Fundação, assistiu-se a um acordo entre Mendonça e Cunha Lima, de forma a acomodá-los nos cargos de presidente executivo e de presidente do Conselho, respectivamente, em uma esquizofrênica dança das cadeiras.

**Marcos Mendonça, presidente da FPA****Maurício Monteiro, do Conselho Curador****Célia Sacramento, ex-funcionária**

Indícios de uma possível amaração política a que a TV Cultura estaria submetida também podem ser colhidos na programação. Assim como no jornal para o qual escreve, na televisão o colunista César Giobbi, à frente do programa *Planeta Cidade*, não esconde a simpatia que nutre por celebridades tucanas, como o ex-governador Geraldo Alckmin e sua esposa, Lu Alckmin. Na área jornalística, o exemplo fica por conta do *Opinião Nacional*, lançado em fins de 2005. Seu analista político é o jornalista Alexandre Machado, que apresentou, entre passagens pela TV Gazeta e Editora Abril, o programa eleitoral de televisão do candidato do PSDB à presidência, José Serra (2002) e foi secretário de Comunicação de Mário Covas (1994).

A lista de novidades teria sido incrementada, ainda, por um programa de entrevistas que iria ao ar em junho de 2005, a ser apresentado pelo então secretário estadual da Educação, Gabriel Chalita, com a

participação da então primeira dama na estréia. Sob protestos da Assembleia Legislativa, a idéia foi abortada antes de ir ao ar. “A briga pela audiência, fomentada pela publicidade, coloca mais pessoas em contato com as mensagens passadas nesses tipos de programas”, observa Leal Filho.

***Na opinião dos jornalistas
Pola Galé, ex-diretor da
emissora, e Heródoto
Barbeiro, âncora do
Jornal da Cultura, as
críticas não procedem:
“programação é plural e
atende interesse público”***

Pola Galé, que deixou a direção de jornalismo da emissora em abril de 2006 (Albino de Castro assumiu o posto), considera que

as críticas são improcedentes. “Primamos por uma programação plural, especialmente no jornalismo, que segue estritamente os interesses públicos”, defende. Galé cita uma pesquisa realizada pelo jornal *Meio&Mensagem*, do setor de marketing e propaganda, em que a TV Cultura foi apontada como o veículo de maior independência editorial. “Quem diz o contrário quer, na verdade, criticar o governo”, afirma o jornalista.

Na opinião de Oswaldo Martins, que foi ombudsman da emissora, o problema é o inverso. “Não é por falta de liberdade que o comando do jornalismo da TV Cultura vai mal. Ao contrário, o seu problema é o excesso de liberdade. Liberdade para criar o rótulo do ‘jornalismo público’ sem precisar explicar do que se trata”. Martins, demitido posteriormente, chegou a defender a extinção do formato telejornalismo. “O *Jornal da Cultura* nada acrescenta ao que os demais tele-



Professor Laurindo Leal Filho, da ECA-USP

jornais já informaram antes dele”, escreveu. Entendimento rechaçado pela diretoria e por parte dos telespectadores, que ainda enxergam na Cultura um oásis do melhor jornalismo brasileiro. “Com uma grade horária mais vasta, mostraremos de maneira mais ampla nosso jornalismo, que é público, ético e pluralista”, defende Heródoto Barbeiro, âncora do *Jornal da Cultura*.

Nada disso, porém, elimina as chances de interferência política no comando da FPA, o que, segundo Diogo Moysés, só poderá ocorrer com a alteração no modelo de financiamento. “Uma das fórmulas possíveis é uma dotação orçamentária fixa ou uma legislação específica que obrigue o Executivo estadual a repassar um montante fixo de recursos à Fundação”, sugere. Isso ocorre com a Fapesp, agência estadual de fomento à pesquisa, que recebe 1% da receita anual de impostos. “Só dinheiro não significa independência e autonomia de gestão”.

ATÉ ONDE VAI O PODER DE DECISÃO DO CONSELHO CURADOR?

De acordo com o estatuto da FPA, os rumos da Rádio e Televisão Cultura devem ser subordinados à mesa de discussão do Conselho Curador, responsável por traçar democraticamente as diretrizes econômicas e editoriais da emissora. O Conselho é presidido por Jorge da Cunha Lima desde 2004. São

47 membros: além de três conselheiros vitalícios, entre os quais seu atual presidente, o órgão inclui membros natos — reitores de universidades, secretários do governo estadual e municipal, representantes de diversos setores da sociedade — e membros eletivos. A ação do Conselho, entretanto, levanta questionamentos.

Maurício Monteiro, produtor da Rádio Cultura, eleito pela segunda vez por ampla maioria dos funcionários da FPA como seu representante no Conselho, relata a briga travada por ele na época das demissões em massa, em 2003. “Pedi que nenhuma demissão acontecesse sem antes sabermos dos critérios e do número exato de pessoas”, recorda. Seu pedido não foi atendido. O mesmo ocorre com programas exibidos sem a aprovação dos conselheiros. “Boa parte a gente vê quando já está no ar”, revela Monteiro.

Célia Sacramento, ex-funcionária, não vê novidade nesse relato. “O Conselho sempre foi apenas figurativo”, afirma. “O representante dos funcionários é uma das poucas vozes dissonantes”, diz Célia. O presidente executivo, Marcos Mendonça, nega qualquer tipo de manipulação. “Temos um conselho absolutamente autônomo, formado por pessoas do mais alto gabarito, que garantem o alto grau de independência”, defende.

A autonomia do Conselho, e por conseqüência da TV Cultura, deve ser cobrada pela sociedade, que, afinal, está representada por conselheiros, entre eles Suely Vilela, reitora da USP. É a opinião do professor Laurindo Leal Filho, da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). “Sugiro a criação de um canal direto com a Reitoria, que, após cada reunião do Conselho, informaria à comunidade universitária por meio do portal na Internet o que está sendo discutido. Seria um bom começo do resgate do termo público da emissora”, arrisca Leal Filho.